

AINDA SOBRE OS BLOCOS ECONÔMICOS: CONCLUSÃO

*Otto Alcides Ohlweiler **

A evolução da crise mundial, iniciada na década de 70, afora ter assinalado o declínio da hegemonia dos Estados Unidos, também revelou que os compromissos sociais, que vinham propiciando um equilíbrio relativo nas tensões entre o capital e o trabalho, chegaram a seu limite, não mais podendo cumprir eficazmente seu papel amortecedor como até então. Isso significa que o desdobramento da crise tende a articular-se em formas sociais e políticas que, ao final, podem culminar com um rompimento estrutural; ou seja, esse rompimento poderá ser não só econômico, mas também político. Esse tipo de especulação é sobretudo válido com respeito ao modelo político tradicional das intervenções estatais de tipo keynesiano, geralmente apresentadas sob as etiquetas ideológicas do "Estado do bem-estar" e da "democracia social". Nos anos 50 e 60, enquanto a lucratividade do capital ia de vento em popa, a maioria dos economistas burgueses atribuía ao Estado e a suas políticas keynesianas o principal mérito pela prosperidade capitalista do pós-guerra. Contudo, aí pelo fim da década de 60, quando começaram a se fazer sentir as primeiras manifestações de crise, aumentou o desemprego, entraram em declínio os lucros, e as reais potencialidades das intervenções estatais de cunho keynesiano tornaram-se cada vez mais duvidosas. A decadência da hegemonia norte-americana a partir de 1971-73 e o simultâneo malogro da estratégia keynesiana marcam, sem dúvida, a problematização do modelo de acumulação instaurado no imediato pós-guerra e o fim de uma época.

A conjugação de fatores estruturais da crise — que contribuíram para a queda da taxa de lucro — com a relativa autonomização monetária face ao processo de acumulação real e à erosão da potência hegemônica do sistema capitalista mundial é responsável pela desestruturação desse sistema e pela colocação na ordem do dia de uma reordenação da economia mundial. Nas primeiras décadas do pós-guerra, os Estados Unidos, na liderança do bloco ocidental, podiam facilmente dirimir as dificuldades porventura criadas e dar saída a eventuais contradições engendradas no interior do bloco, isso enquanto perdeu o período de prosperidade capitalista. O incontestável poder econômico, político e militar dos Estados Unidos era, então, a nota prevalecente no plano das relações internacionais. E, dentro do bloco ocidental, havia o consenso de que uma economia mundial aberta, como era preconizada pelos Estados Unidos, correspondia aos interesses globais da comunidade capitalista. Em suma, os

* Professor Titular da UFRGS e Escritor.

Estados Unidos tinham tudo em suas mãos para exercer uma liderança efetiva: a franca acumulação do capital irmanava todos os países do bloco ocidental numa verdadeira "santa aliança". Todos os participantes do sistema hegemônico podiam ou julgavam poder dele auferir vantagens.

Diferentemente do caso do declínio da hegemonia britânica entre as duas guerras, que ensejou, entretanto, a emergência dos Estados Unidos como grande potência, não se vislumbra hoje a presença de uma nova potência capaz de empalmar o papel hegemônico. Com respeito à reorganização da economia mundial, são freqüentes as especulações sobre a possibilidade de surgimento, no âmbito do antigo bloco ocidental, de uma nova potência hegemônica capaz de ocupar o espaço vazio deixado pelos Estados Unidos.

Em geral, essas especulações se voltam um tanto apressadamente para o Japão, que realmente se projetou de forma espetacular como expressão econômica de primeira grandeza no cenário mundial, em especial sob o ponto de vista de seu poderio financeiro. Recentemente, um estudo, que relacionou os 200 maiores bancos do Mundo, mostrou que os 10 primeiros eram todos japoneses; entre os 10 seguintes, situavam-se três suíços, um alemão, dois ingleses, dois norte-americanos e dois espanhóis (Glasgall, 1988, p.16-9). No ano de 1989, o Japão marcou mais um tento no seu processo de ascenso econômico a nível mundial, sobrepassando os Estados Unidos como maior prestador de dinheiro ao Exterior. Estima-se que, neste ano, o Japão concedeu US\$ 9,6 bilhões na forma de empréstimos diretos e como contribuições a agências multilaterais, por exemplo, o Banco Mundial (Burger et alii, 1989, p.18-22). A referida importância excede em US\$ 600 milhões os empréstimos concedidos pelos Estados Unidos no mesmo ano. O Japão está prometendo US\$ 50 bilhões como ajuda ao desenvolvimento mundial entre 1988 e 1992 (Borris et alii, 1989, p.30-2). Com um excedente comercial de aproximadamente US\$ 100 bilhões, o Japão pode facilmente bancar a condição de maior nação credora do Mundo.

No que concerne à reordenação da economia mundial, dois traços devem ser antes de tudo destacados: o declínio relativo dos Estados Unidos como grande potência de um lado e a emergência de Japão como maior centro financeiro do Mundo de outro. Todavia o aspecto mais importante, que parece ser uma tendência dominante para a entrada do século XXI, é a formação de blocos econômicos regionais. Nesse sentido, os exemplos concretos mais expressivos são o bloco da Comunidade Européia e o bloco Estados Unidos-Canadá, ambos caracterizados por seus enormes mercados consumidores. A Nova Europa, como está sendo chamado o bloco integrado pelos 12 países-membros da Comunidade Européia—Alemanha Ocidental, Grã-Bretanha, França, Itália, Holanda, Dinamarca, Espanha, Portugal, Irlanda, Grécia e Luxemburgo—, é o resultado de um complexo processo de des-

regulação econômica, o qual deverá estar ultimado em 1992. O mais comumente proclamado objetivo da Nova Europa é a derrubada das barreiras alfandegárias internas, com vistas à criação de um mercado unificado abrangendo 320 milhões de pessoas. O certo, entretanto, é que a Nova Europa será, sobretudo, uma espécie de fortaleza — a Fortaleza da Europa — contra o poderio dos Estados Unidos e o do Japão. Quanto ao bloco dos Estados Unidos-Canadá, ele resultou de um acordo de livre comércio entre os dois países norte-americanos, celebrado em janeiro de 1989. Os dois países, que formam um mercado consumidor de cerca de 350 milhões de pessoas, são os dois maiores parceiros comerciais do Mundo; eles trocam, aproximadamente, US\$ 150 bilhões anualmente nas duas direções. O bloco Estados Unidos-Canadá, que eventualmente ainda poderá incluir o México, não deixa de ser, frente à Nova Europa, a Fortaleza Norte-Americana.

Um caso à parte é o do bloco do leste europeu, constituído após a Segunda Guerra Mundial, sob a liderança da União Soviética e com os constrangimentos do Pacto de Varsóvia. A singularidade, no caso, reside no fato de que se trata de um bloco formado logo depois da Segunda Guerra Mundial e que agora, frente à comoção que agita o bloco soviético, denota evidentes sinais de desintegração. Originariamente, chegou a parecer que, não obstante as forças centrífugas desencadeadas pela política reformista empreendida por Gorbachev na União Soviética, o bloco do leste europeu poderia subsistir mediante uma acomodação mais flexível da independência nacional dos países satélites face aos interesses globais da União Soviética, complementada com uma maior inserção do bloco no mercado mundial. Todavia as acima aludidas forças centrífugas tornaram-se já verdadeiramente críticas em alguns casos, principalmente no da Polônia e no da Hungria, e tendem a piorar ainda mais.

O crescente distanciamento da Hungria e da Polônia com respeito às influências hegemônicas da União Soviética alcançou um tal ponto que não seria de surpreender uma próxima desvinculação desses dois países da área do Pacto de Varsóvia. Segundo noticiou-se, os dirigentes do Sindicato Solidariedade são favoráveis a uma espécie de Plano Marshall num montante de US\$ 10 bilhões com vistas à reestruturação da dívida externa e à elaboração de um projeto de assistência à Polônia em troca da integração desse país à Europa Ocidental. Por sua vez, Helmut Kohl, Chanceler da Alemanha Ocidental, que vem pressionando seus aliados europeus a que se delineie uma nova "Ostpolitik", promove conferências com países europeus para estudos sobre a ajuda à Polónia e à Hungria. A propósito de eventuais adesões de países do leste europeu à Nova Europa, uma consideração importante a fazer-se é que as economias desses países estão profundamente arruinadas. Em geral, tais economias se ressentem de um grande atraso tecnológico que a União Soviética não tem, absolutamente, condições de ajudar a superar. Então, o resultado será, logicamente, um re-

forço da tendência dos países do leste europeu para uma crescente aproximação com a Europa Ocidental, em busca de capitais e de tecnologias mais avançadas. Seguindo o caminho da Polônia e da Hungria, também a Tcheco-Eslováquia abandonará, mais cedo ou mais tarde, o modelo político e econômico soviético. Outro tanto se pode prognosticar com respeito à Alemanha Oriental. E, nesse processo de paulatina desintegração do império soviético, a Comunidade Européia está fadada a extrapolar a sua função econômica para, eventualmente, tornar-se uma poderosa força política capaz de promover laços mais estreitos entre a Europa Ocidental e a Europa Oriental.

Na Ásia, o que desde já está despontando como um bloco econômico regional é a Grande China, através de um processo de progressiva integração das economias da China continental, de Hong Kong e de Taiwan. Uma das particularidades da integração das três respectivas economias é que ela começou e continua a se desenvolver de modo essencialmente espontâneo. A integração faz-se sobretudo através da mediação de Hong Kong, até o momento praticamente à margem de articulações e negociações políticas prévias. Diferentemente da Nova Europa e do bloco Estados Unidos-Canadá, cujas estruturações foram catalisadas pela existência de grandes mercados consumidores locais — em torno de 350 milhões de pessoas com elevado poder aquisitivo em cada caso —, a Grande China conta com uma população bilionária, mas ainda limitada no que diz respeito ao baixo poder aquisitivo. Isso significa que a expansão econômica da Grande China está, em parte, condicionada ao ritmo de crescimento do mercado consumidor. Seja como for, as economias da China continental, de Hong Kong e de Taiwan estão se integrando a um ritmo muito mais rápido do que se poderia imaginar há pouco tempo atrás. De fato, a China tem muito para ser mais do que apenas uma fonte de mão-de-obra na Ásia. A China continental possui uma notável plêiade de cérebros científicos que foram capazes de desenhar e lançar satélites, de conceber e construir armas nucleares e de produzir supercomputadores. Aliado esse potencial tecnológico à direção e ao "marketing" dos empresários de Taiwan e às virtualidades do mundo das finanças de Hong Kong, a resultante Grande China poderá emergir como uma forte potência ainda no adentrar do século XXI. Essa nova realidade emergente poderá modificar substancialmente as hipóteses tradicionais acerca do futuro do leste asiático. Numa projeção ainda mais avançada, pretende-se, não raro, vislumbrar uma associação mais ampla de países do leste da Ásia gravitando em torno do eixo Pequim-Tóquio, mas isso é, por ora, nada mais do que uma hipótese ainda carente de evidências.

Presentemente, uma questão importante a discernir é a estratégia expansionista do Japão frente à formação dos blocos econômicos regionais. O Japão tornou-se a segunda maior potência econômica do Mundo. No ano de 1989, o Japão ultrapassou os Estados Unidos como maior investi-

dor no estrangeiro e como fornecedor de ajuda externa. Da Índia ao sul do Pacífico, trava-se uma aguda competição entre os Estados Unidos e o Japão em torno de áreas de influência e da conquista de vantagens comerciais. Na condição de maior centro financeiro do Mundo, o Japão poderá acabar levando uma série de países asiáticos a se alinhar econômica e politicamente ao seu redor. O papel econômico do Japão na Ásia, que já vinha se consolidando desde anos, começou a expandir-se rapidamente em tempos recentes. Em 1988, o Japão forneceu à Ásia uma ajuda de, aproximadamente, US\$ 8 bilhões, enquanto a ajuda econômica e militar dos Estados Unidos na região mal totalizava US\$ 500 milhões (Burger et alii, 1989, p.18-22). O Japão destina cerca de dois terços de seus investimentos à Ásia (Indonésia, China, Filipinas, Tailândia, Bangladesh, etc.) (Bor-rus et alii, 1989, p.30-2). O grosso dos investimentos é canalizado para o sudeste da Ásia, região estrategicamente importante para o Japão, tanto econômica como politicamente. Entrementes o Japão passou a jogar, persistentemente, um papel de crescente liderança, intensificando suas relações com as economias industrializadas na região. De certo modo, o Japão, como maior potência financeira do Mundo, poderá vir a nuclear um bloco econômico na Ásia. Todavia um semelhante projeto esbarra principalmente na falta de um amplo mercado consumidor comparável com o da Nova Europa e o da área do acordo de livre comércio Estados Unidos-Canadá. De qualquer modo, o Japão, em virtude de endereçar preferentemente seus fundos à Ásia, tem sido acusado de estar contribuindo para dividir o Mundo em estreitos blocos econômicos defensivos.

Na verdade, a estratégia expansionista do capital japonês, afora a eventual futura constituição de um bloco econômico na Ásia, tem em mira, no momento, outros objetivos mais imediatos. Ante as ameaças de que a Nova Europa e o acordo de livre comércio Estados Unidos-Canadá possam conduzir, finalmente, à degenerescência do atual sistema internacional de trocas com a implantação de exacerbadas políticas protecionistas, o Japão trata de implementar uma dupla estratégia. Essa dupla estratégia consiste em reivindicar que a Comunidade Européia e os Estados Unidos adotem políticas de mercados mais abertos, enquanto o próprio Japão, aceleradamente, trata de realizar maciços investimentos diretos nas áreas da Fortaleza da Europa e da Fortaleza Norte-Americana.

De fato, o Japão procura converter a perspectiva de unificação da Comunidade Européia numa oportunidade para investir na região. O Japão começou a investir na Europa a partir de 1985, quando da valorização do iene. No início de 1989, já existiam em solo europeu mais de 700 companhias e 411 fábricas japonesas, ocupando 750.000 empregados. Os investimentos diretos na Comunidade Européia duplicaram entre 1986 e 1988 e, no decurso de 1989, deverão alcançar a cifra recorde de US\$ 8,6 bilhões (Powell, 1989, p.25). Em certas indústrias-chave — automóveis e semicon-

dutores principalmente —, os japoneses ainda encontram fortes barreiras contra seu esforço de negociar na Europa; eles acham que tais barreiras poderão persistir depois de 1992. Daí que novos investimentos diretos estejam sendo diligentemente programados. A Toyota tem planos para montar uma fábrica de automóveis em Derbyshire, Inglaterra, com um investimento de US\$ 1,2 bilhão. Os dois gigantes do campo da eletrônica — NEC e Fujitsu — anunciaram, por seu turno, um investimento de milhões de dólares em fábricas de semicondutores, também na Inglaterra. Os japoneses estimam que, dentro de 20 anos, essas subsidiárias deverão já ser consideradas "européias". A justificativa econômica desses investimentos é o mercado consumidor de 320 milhões de pessoas da Comunidade Européia "sem fronteiras".

Semelhantemente, a estratégia desenvolvida pelo Japão com respeito à Fortaleza Norte-Americana — no caso, notadamente, os Estados Unidos — consiste na implementação de uma resoluta política de exportações e de investimentos diretos em direção à América. A capacidade exportadora do Japão para os Estados Unidos é sobretudo favorecida pela supremacia tecnológica e pela alta competitividade da indústria japonesa. O declínio da competitividade dos Estados Unidos nos últimos tempos foi verdadeiramente penoso. Um recente estudo do Banco Industrial do Japão mostrou que os Estados Unidos perderam terreno em 11 de 23 indústrias-chave, seis das quais de alta tecnologia e com elevado crescimento, incluindo a robótica e a microeletrônica (Powell, 1989a, p.12-5). Ante um "deficit" de US\$ 50 bilhões na balança comercial com o Japão, os Estados Unidos queixam-se de que aquele país permanece largamente fechado para os bens norte-americanos. Por sua vez, os japoneses argumentam que estão importando mais bens estrangeiros do que nunca, mais do que a Alemanha, a França e a Inglaterra juntas em 1988. Em contrapartida, retruca-se que as importações de manufaturados pelo Japão se situam 40% abaixo do que seria razoável para o porte da economia desse país. Em maio de 1989, a administração Bush começou a pressionar o Japão, colocando esse país na lista "Super 301" dos parceiros considerados desleais, o que deixa entrever sanções não especificadas, se Tóquio não conceder uma maior abertura de seu mercado proximamente. Caso as importações japonesas continuarem sendo insuficientes do ponto de vista dos Estados Unidos, este último poderá adotar o "comércio dirigido" — uma espécie de eufemismo para designar a prática do protecionismo —, exigindo fatias garantidas de mercados específicos, especialmente em setores nos quais os Estados Unidos são mais competitivos: telecomunicações, supercomputadores e semicondutores.

O Japão continua sendo considerado pelos Estados Unidos como um aliado estratégico, mas o foco da discussão a respeito das relações entre os dois países tende a se deslocar bastante perigosamente para o campo da rivalidade econômica entre os mesmos. O Japão pode ser um aliado

estratégico, mas ele se converteu num poderoso rival econômico, acumulando enormes "superavits" comerciais, comprando esteios da economia norte-americana e controlando ramos vitais da tecnologia, desde videocassetes até aviões de combate a jato. Entrementes os japoneses continuam fazendo grandes investimentos diretos nos Estados Unidos.

Em 1988, o Japão investiu mais dinheiro nos Estados Unidos do que qualquer outro investidor: US\$ 15 bilhões, excluindo compras de títulos do Tesouro e outros investimentos em carteira. No decurso de 1989, o Japão sobrepujou a Holanda como segundo maior investidor nos Estados Unidos; em breve ele deverá deslocar a Inglaterra do primeiro posto. Em outubro de 1989, anunciou-se que a Sony Corp. adquiriu a Columbia Pictures por US\$ 3,4 bilhões, reforçando, assim, a idéia corrente de que os japoneses "estão comprando a América" e se firmando como vanguardeiros no comércio e na tecnologia. A razão desse surto de investimentos diretos é que os japoneses, mercê de seus enormes "superavits" comerciais, acumularam bilhões de dólares IOUs, que, de algum modo, devem retornar aos Estados Unidos, um processo de reciclagem aplicado a todos os países que realizam grandes "superavits" comerciais. Alguns dos investimentos japoneses são considerados bons para os Estados Unidos: eles dão posições na economia norte-americana aos japoneses, que, assim, se tornam menos propensos a prejudicá-la; as fábricas japonesas instaladas nos Estados Unidos criam empregos e aumentam as rendas; e, por fim, os investimentos diretos ajudam a reduzir o "deficit" comercial, na medida em que os bens produzidos localmente possam deslocar certas exportações japonesas.

Eis, a seguir, algumas considerações finais à guiza de conclusões já colocadas explícita ou implicitamente. O modelo de acumulação do capital sob a hegemonia dos Estados Unidos, que foi instaurado após a Segunda Guerra Mundial, durou, conforme se viu antes, enquanto ele foi capaz de assegurar uma satisfatória lucratividade do capital à então alegre confraria dos países industrializados do bloco ocidental. O sucesso inicial fôra tamanho que até podia parecer que aquela "santa aliança" afinal conseguira estabelecer uma prosperidade capitalista duradoura sob a égide de ideário keynesiano do "Estado do bem-estar" e da "democracia social". Mesmo os países de industrialização recente viveram a ilusão de que poderiam avançar na direção dos padrões mais altos da modernidade capitalista, trilhando o caminho da industrialização à base da poupança externa. O que se sabe, entretanto, é que a "industrialização endividada" se converteu numa armadilha que levou os países tomadores dos empréstimos à crise do endividamento associada ao flagelo da inflação e à indisponibilidade de divisas necessárias para acompanhar a corrida tecnológica. Por outro lado, a inadimplência dos países endividados tornou-se uma ameaça à estabilidade do sistema financeiro internacional de conseqüências imprevisíveis para a ordem capitalista. De qual-

quer modo, a crise do endividamento é um dos fatores da crise mundial, da crise do modelo de acumulação do pós-guerra sob a "'pax' americana".

O modelo de acumulação sob a hegemonia norte-americana firmou-se numa situação excepcionalmente favorável do imediato pós-guerra, com base no poderio político, econômico e militar dos Estados Unidos. Quando a lucratividade do capital começou a se problematizar, o bloco ocidental sob a hegemonia dos Estados Unidos respondeu mostrando sinais de erosão, que foram progressivamente se avolumando. O aspecto mais importante da erosão do antigo bloco ocidental é que o declínio da potência hegemônica, os Estados Unidos, foi acompanhado da emergência do Japão como maior centro financeiro do Mundo. Seria ilusório, agora, pensar que a hegemonia norte-americana pudesse ser simplesmente substituída por uma nova potência hegemônica, por exemplo, o Japão. Tornou-se um fato corrente reconhecer que estamos entrando na era dos grandes blocos regionais abarcando conjuntos de países, como atestam o advento da Nova Europa e a celebração do acordo de livre comércio entre os Estados Unidos e o Canadá.

A formação dos blocos econômicos regionais é, de certo modo, um processo contraditório, posto que tais blocos representam, cada um deles, uma integração mais avançada de grupos de países, ao mesmo tempo em que a competição entre esses blocos tende a assumir um nível de acirramento sem precedentes. Em suma, a era dos blocos econômicos regionais será uma etapa da conjuntura mundial com novas dificuldades para a estabilidade da ordem capitalista global. O reflexo desse acirramento da competição no mercado mundial será, inevitavelmente, uma mais forte pressão do capital no sentido da imposição de políticas de austeridade com relação ao trabalho e de formas da divisão internacional do trabalho danosas aos países do Terceiro Mundo. Em outros termos, a era dos blocos econômicos será simultaneamente uma era de aguçamento dos conflitos de classe e das contradições entre os países centrais mais avançados e os da periferia em desenvolvimento.

Bibliografia

- BORRUS, W. et alii (1989). Is Tokyo as generous as it seems? **Business Week**, New York, MacGraw-Hill, (3120-450):30-2, 2 out.
- BURGER, W. et alii (1988). Japan's far horizons. **Newsweek**, :18-22, 6 fev.
- GLASGALL, W. (1988). The world's top 200 banks. **Business Week**, New York, MacGraw-Hill, (3054-384):53-65, 27 jun.

POWELL, B. (1989). Battleground. **Newsweek**, :22-6, 2 out.

___ (1989a). Five ways to fight back. **Newsweek**, :12-5, 9 out.